



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL
REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS
CONTINENTAIS DAS BACIAS AMAZÔNICA E TOCANTINS-ARAGUAIA (CPG NORTE)

ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA

REUNIÃO MISTA

Santarém/PA, 28 e 29 de setembro de 2023

1. ABERTURA

Nos dias 28 e 29 de setembro de 2023, às 9h00, horário de Brasília, a Coordenadora do CPG Norte, Sra. Ormezita Barbosa, confirmou o quórum e solicitou a apresentação dos membros.

Posteriormente, foi apresentada a estrutura da secretaria-executiva do CPG Norte, sendo o Secretário-Executivo o Sr. Florivaldo Rocha e a Secretária Adjunta Sra. Erina Batista. Foi dado sequência aos ritos iniciais da reunião, cumprimentando a todos e agradecendo a presença, oferecendo as boas-vindas para a 2ª Sessão Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias - Amazônica e Tocantins-Araguaia (CPG Norte), no âmbito da Rede Pesca Brasil.

2. PARTICIPANTES

Relação dos membros, representantes e convidados que participaram da 2ª Sessão Ordinária, realizada em formato híbrido (presencial e por videoconferência):

Coordenação CPG Norte

Senhora Ormezita Barbosa (Coordenadora) - Presente

Secretaria-executiva do CPG Norte

Senhor Florivaldo Rocha (Secretário-Executivo) - Presente

Senhora Erina Batista Gomes (Secretária Adjunta) - Presente

Senhora Akeme Milena Ferreira Matsunaga (Secretária Adjunta Suplente) - Presente

Senhora Sandy Evelin Lima (Equipe de Apoio) - Presente

Senhor Matthews Rocha Mello (Equipe de Apoio) - Presente

Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

Senhor Rivetla Édipo Araújo Cruz (Titular) - Presente

Senhora Suelen Brasil (Suplente) - Ausente

Senhora Elielma Borcem (Palestrante/SERMOP/MPA) - Presente

Senhor Jocemar Tomasino Mendonça (SNPA/MPA) - Presente

Senhora Adriana Toledo (APSD/MPA) - Presente - Videoconferência

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA):

Senhora Verônica Alberto Barros (Titular) - Ausente

Senhor Roberto Ribas Galluci (Suplente) - Presente - Videoconferência

Estado-Maior da Armada da Marinha do Brasil (EMA/MB):

Senhor Sergio Santos Dias Carneiro (Titular) - Ausente

Senhor Fabiano José Ferreira Leal (Suplente) - Ausente

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA):

Senhor Igor de Brito Silva (Titular) - Presente - Videoconferência

Senhor Ivan Teixeira (Suplente) - Presente - Videoconferência

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Senhora Rafaela Nascimento Vicentini (Titular) - Presente - Videoconferência

Senhor Marcelo Bassols Raseira (Suplente) - Presente - Videoconferência

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI):

Senhor Iran Cardoso Júnior (Titular) - Ausente

Senhor Rothier Flores de Siqueira Júnior (Suplente) - Ausente

Fundação Nacional do Índio (FUNAI):

Senhor José Augusto Lopes Pereira (Titular) - Ausente

Senhor Wagner Pereira Sena (Suplente) - Ausente

Senhora Fernanda Tibana Machado (Representante) - Presente - Videoconferência

Secretaria Executiva Adjunta de Pesca e Aquicultura da Secretaria de Estado da Produção Rural do Amazonas (SEPA/SEPROR-AM)

Senhor Leocy Cutrim dos Santos Filho - Ausente

Senhor Alessandro Cohen Melo (Suplente) - Presente

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia (SEDAM-RO):

Senhor João Batista Furtado Cordeiro (Titular) - Presente - Videoconferência

Senhora Francisca Salete Nunes da Cruz Alves (suplente) - Presente - Videoconferência

Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS-TO)

Senhor Oscar Barroso Vitorino Júnior (Titular) - Presente - Videoconferência

Senhor Warley Carlos Rodrigues (Suplente) - Presente - Videoconferência

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca do Pará (SEDAP-PA)

Senhora Cleydiane Magalhães Barbosa (Titular) - Ausente

Senhor Ediano de Sousa Sandes (Suplente) - Presente

Secretaria de Estado de Produção e Agronegócio do Acre (SEPA-AC)

Senhor Miguel Antônio Oliveira Silva (Titular) - Ausente

Senhor Jelmir José Albuquerque de Farias (Suplente) - Ausente

Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima (FEMARH-RR):

Senhora Sulamita da Silva Pinto (Titular) - Presente - Videoconferência

Senhor Valdecir Pinheiro da Costa (Suplente) - Ausente

Composição dos respectivos membros, titulares e suplentes, representantes das instituições da sociedade envolvidas com a atividade pesqueira, designados a seguir:

Ação Ecológica Guaporé (ECOPORE)

Senhora Ariana Cella Ribeiro (Titular) - Presente - Videoconferência

Senhora Danielle Mendonça Pinto (Suplente) - Presente - Videoconferência

Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (ABIPESCA)

Senhora Lais Belsito Pestana (Titular) - Presente - Videoconferência

Senhor Jairo Gund (Suplente) - Ausente

Associação Brasileira de Engenharia de Pesca (ABEP)

Senhor Adriano Prysthon da Silva (Titular) - Presente - Videoconferência

Senhor Sandro Loris Aquino Pereira (Suplente) - Presente - Videoconferência

Associação Conservação da Vida Silvestre (WCS):

Senhor Guillermo Moisés Bendezú Estupiñán (Titular) - Ausente

Senhor Carlos César Durigan (Suplente) - Ausente

Associação dos Pescadores Profissionais do Estado do Tocantins (APPET):

Senhora Maria Creuza Nunes de Barros (Titular) - Ausente

Senhor Francisco de Assis Souza Pereira (Suplente) - Ausente

Associação dos Produtores Rurais de Carauari (ASPROC):

Senhor Francisco Flavio Ferreira do Carmo (Titular) - Ausente

Senhor Antonio Adevaldo Dias da Costa (Suplente) - Ausente

Senhora Jéssica Souza (Representante) - Presente - Videoconferência

Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura (CONEPE):

Senhor Carlos Eduardo Villaça (Titular) - Presente - Videoconferência

Senhora Luana Arruda Sêga (Suplente) - Ausente

Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA)

Senhor Genivaldo Bezerra (Titular) - Ausente

Senhora Maria José Rocha (Suplente) - Presente - Videoconferência

Federação dos Pescadores do Estado do Amazonas (FEPESCA-AM)

Senhor Walzenir de Oliveira Falcão (Titular) - Ausente

Senhor Jorge Luiz Marques de Souza (Suplente) - Presente - Videoconferência

Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil (FAEP-BR):

Senhor Daniel Pinto Borges (Titular) - Ausente

Senhor Tiago Hilário Pedrosa Campello (Suplente) - Ausente

Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Oeste Pará e Baixo Amazonas (MOPEBAM)

Senhor Manoel Pinheiro dos Santos (Titular) - Presente

Senhor José Edinaldo Rocha da Silva (Suplente) - Presente

Sociedade para a Pesquisa e Proteção do Meio Ambiente (SAPOPEMA)

Senhor David Gibbs McGrath (Titular) - Ausente
Senhora Poliane Batista da Silva (Suplente) - Presente

CONVIDADOS:

Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP)

Senhora Josana Pinto da Costa (Convidado) - Presente
Senhor Luzival Soares (Convidado) - Presente

Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP)

Senhor Paulo César dos Santos (Convidado) - Presente
Senhor Renan Luís Rocha (Convidado) - Presente

The Nature Conservancy Brasil (ONG-TNC)

Senhora Fernanda de Oliveira Silva (Convidada) - Presente - Videoconferência

Superintendência de Pesca e Aquicultura do Estado do Acre (DAF/SFA-AC)

Senhor Jorge Mardini Sobrinho (Convidado)- Presente - Videoconferência

Superintendência de Pesca e Aquicultura do Estado do Amapá (DAF/SFA-AP)

Senhor Jorquean Brito Nascimento (Convidado) - Presente - Videoconferência

Superintendência de Pesca e Aquicultura do Estado do Amazonas (SFPA-AM)

Senhor Algemiro Ferreira Lima Filho (Convidado) - Presente - Videoconferência

Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado do Tocantins (SFPA-TO)

Senhor Florisvane Mauricio da Gloria (Convidado) - Ausente

Superintendência de Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia (DAF/SFA-RO)

Senhor Lauro Araújo - Presente - Videoconferência

Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado do Pará (SFPA-PA)

Senhor Rubnilson Farias Lobato (Convidado) - Ausente

Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado de Roraima (SFPA-RR)

Senhor Hilton Xavier de Araujo (Convidado) - Ausente

Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado do Mato Grosso (SFPA-MT)

Senhora Giuvania Maria Soares Lopes (Convidada) - Presente - Videoconferência

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Senhor Carlos Edwar de Carvalho Freitas (Convidado)
Senhora Maria Angélica de Almeida Corrêa (Convidado)

Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)

Senhora Inailde Almeida (Convidada)
Senhor Rodrigo de Paiva Lima (Convidada)
Senhora Ericleya Lima (Convidada)

3. TEMAS APRESENTADOS/DISCUTIDOS

3.1. APROVAÇÃO DA AGENDA

A Coordenadora Sra. Ormezita Barbosa (SNPA/MPA) informou que a Sessão foi conduzida conforme o seguinte sumário: 1 - Abertura; 2 - Apresentação dos Participantes; 3 - Aprovação da Agenda; 4 - Aprovação da Ata da 1ª Sessão Ordinária do CPG Norte; 5 - Apresentação da Nova Estrutura do Ministério da Pesca e Aquicultura; 6 - Programa Povos da Pesca Artesanal; 7 - Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Pesca Amadora e Esportiva. 8 - Demandas Recebidas; 9 - Participação Social e a Reestruturação do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAPE); 10 - Informes de Registro, Monitoramento e Pesquisa; 11- Histórico sobre o Ordenamento da Piracatinga; 12- SDC Nº 141/2022 do Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/16/001 e Termo de Execução Descentralizado (TED) Piracatinga; 13- Termo de Execução Descentralizado (TED) Defesos Amazônicos; 14- Apresentação de Demandas pelos Membros do CPG; 15 - Recomendações da 1ª Sessão Ordinária do CPG Norte; 16- Recomendações; 17 - Definição de Data da 3ª Sessão do CPG Norte e Encerramento.

Em seguida, submeteu a sua aprovação à Plenária. Não havendo mais manifestações, a Coordenadora declarou aprovada a agenda da 2ª Sessão Ordinária do CPG Norte.

3.2. APRESENTAÇÃO DA NOVA ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Coordenadora Sra. Ormezita Barbosa (SNPA/MPA) apresentou o organograma que demonstra o quadro das Secretarias, bem como seus departamentos e coordenações-gerais.

O Sr. Rivetla Édipo (SNPA/MPA) enfatizou a importância das Superintendências Federais de Pesca e Aquicultura (SFPA) no âmbito de cada Unidade Federativa e para a estrutura global do MPA, visto que são repartições com comunicação direta para pleitear as demandas.

3.3. APRESENTAÇÃO POVOS DA PESCA ARTESANAL

A Sra. Erina Gomes (SNPA/MPA) realizou a apresentação do Programa Povos da Pesca Artesanal detalhando o decreto que o instituiu, a saber: o Decreto nº 11.626, de 2 de agosto de 2023.

Foi mencionado que o enfoque primordial do projeto consiste em incorporar nas políticas públicas do Estado Brasileiro, as principais reivindicações das pescadoras e pescadores artesanais em uma ação integrada.

Em suma, foram explanados os objetivos, diretrizes e as 7 (sete) ações em execução do Programa, nas quais incluem o Plano Nacional de Pesca Artesanal; Projeto Santiago: Condições de trabalho dos pescadores e pescadoras no Brasil; Os Subprogramas: Jovem Cientista da Pesca Artesanal; Culturas Pesqueiras Artesanais do Brasil; Boa Maré; Territórios Pesqueiros Artesanais para sua mesa; Pescado Artesanal, Abastecendo o País.

Além disso, ressaltou a relevância da execução do programa, visto que é

uma iniciativa intermediária de construção de políticas públicas voltadas para o fortalecimento de pescadores e pescadoras artesanais.

Com relação ao Subprograma Jovem Cientista da Pesca Artesanal, a Sra. Fernanda Silva perguntou se os convênios com as Fundações de Amparo à Pesquisa já estão estabelecidos, questionou ainda quais fundações serão contempladas e se haverá edital de abertura para concorrer às Bolsas de Pesquisa. Foi respondido que o edital de inserção foi aberto, 13 (treze) instituições de Amparo à Pesquisa encaminharam propostas. Houve interesse de ambas as partes em aportar o programa, em razão dessas instituições terem expertises de envolver a realidade de cada estado, e assim construir políticas públicas mais eficazes.

O Sr. Jorge Mardini Sobrinho (SEPA-AC) que participou da reunião de forma online, sugeriu o alinhamento conjunto das Superintendências Federais com as Fundações de Amparo à Pesquisa para execução do programa, antes das aberturas dos editais de convocação. Segundo Sobrinho, as academias apresentam tendência de realizar estudos científicos que não alcançam a realidade. Ademais, é importante concentrar esforços de maneira coletiva para garantir a eficiência das ações.

Além disso, foi reiterada a importância de retomada deste CPG, bem como dos seus antigos encaminhamentos que permanecem vigentes até o momento. Espera-se que seja possível propor novas ações e estratégias que permitam a resolução dos encaminhamentos.

3.4 APRESENTAÇÃO DO PLANO NACIONAL PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA AMADORA E ESPORTIVA (PNPA)

O Sr. Rivetla Édipo Cruz (SNPI/MPA) comentou que o Plano Nacional da Pesca Amadora e Esportiva (PNPA) é uma iniciativa do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), que tem como objetivo promover a atividade da pesca amadora e esportiva de forma a possibilitar o desenvolvimento econômico, social e a conservação ambiental no Brasil, visando a formulação de políticas sólidas de governança e a implementação de um planejamento que estimule e guie a evolução deste setor na próxima década, tendo como pilar a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (Lei n^o 11.959, de 2009).

Foi explanado que o referido Plano Nacional está alinhado com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS's) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), em especial o ODS 14 "Vida na Água", o ODS 10 "Redução das Desigualdades" e o ODS 5 "Igualdade de Gênero".

O plano é composto por quatro Programas (1 - Programa Geração e Gestão de Dados; 2 - Programa de Ordenamento da Pesca Amadora e Esportiva; 3 - Programa de Desenvolvimento da Pesca Amadora e Esportiva e 4- Programa de Promoção e Divulgação) que foram criados a partir de resultados de análises de ordem estrutural e funcional. De acordo com o Sr. Rivetla Édipo, estes Programas representam as grandes temáticas a serem trabalhadas e consolidadas por meio de construção coletiva com os diversos atores envolvidos na atividade.

Foi proposto como forma de fomentar o turismo de base local e

comunitário, a definição de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) deste Ministério com o Ministério do Turismo, com o objetivo de fortalecer o turismo da pesca esportiva, estabelecer um regime de mútua interação, com vistas ao desenvolvimento sustentável das atividades de aquicultura e pesca em consonância com o desenvolvimento turístico.

O Sr. Ivan Teixeira (IBAMA) afirmou que a pesca esportiva de tucunarés, aumentou em popularidade nos últimos anos e tem atraído pescadores esportivos que geram benefícios econômicos. Entretanto, o enfoque exclusivo na pesca desta espécie ocasiona a exclusão das demais espécies que poderiam ser espécies-alvo da modalidade, propiciando a variabilidade do pesque e solte.

Foi discutido com relação aos modos diferenciados de apropriação e uso das áreas de pesca, os quais têm levado ao surgimento de conflitos entre os diferentes usuários dos recursos. As oposições entre a pesca esportiva e a pesca artesanal, surgem a partir dos impactos ambientais causados sobre os recursos pesqueiros, ao passo que se desdobra nos impactos e conflitos com as populações locais.

3.4. DEMANDAS RECEBIDAS PELO MPA

Ao avançar com a pauta, a Sra. Akeme Matsunaga (SNPA/MPA) apresentou o conjunto de Demandas recebidas pelo MPA, que estão dispostas na área de abrangência deste CPG, sendo as bacias Amazônica e Tocantins-Araguaia.

O Sr. Alessandro Cohen Melo (SEPA/SEPROR/AM) que participou da reunião de forma presencial, pede a palavra e comenta sobre a intensa problemática da estiagem no Amazonas, e sugere mais intensificação do MPA às políticas de apoio ao pescador, uma vez que os efeitos da seca foram sentidos mais pela população local. Reiterou que as políticas de apoio devem ser emergentes e a longo prazo, para evitar problemas futuros repentinos.

Em seguida, foi encerrado o turno da manhã do primeiro dia de reunião do CPG Norte.

3.5. PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A REESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE AQUICULTURA E PESCA (CONAPE)

Neste item da agenda, a senhora Adriana Toledo (APSD/MPA) salientou que a participação social é um direito garantido na Constituição Federal de 1988, comentou que o ano de 2023 foi significativo com progressos no Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), especialmente com o notável desempenho da recém-estabelecida Assessoria de Participação Social, Diversidade e Inclusão (APSD). Inserida como parte integral do Sistema de Participação Social do Governo Brasileiro, a APSD orientou seus esforços para revitalizar os mecanismos e órgãos de participação social no MPA, visando fortalecer a

comunicação entre o governo e a sociedade civil.

Foi exposto a reintegração do CONAPE que assumiu o papel crucial de principal fórum de participação social no MPA, integrando 61 entidades, das quais 32 são representantes da sociedade civil, selecionadas de maneira democrática. Encarregado de respaldar o desenvolvimento de políticas públicas, o CONAPE promove a interação e o diálogo entre distintos níveis governamentais e a sociedade civil organizada.

Segundo Toledo, para fortalecer a participação da sociedade na gestão pesqueira, o MPA não apenas reinstaurou o CONAPE, mas também iniciou as atividades dos 10 Comitês Permanentes de Gestão Pesqueira. O compromisso com a participação efetiva e inclusiva é ainda mais enfatizado com a criação do Fórum Nacional de Pesca Artesanal e a ativação de quatro grupos de trabalho.

Foi mencionada a criação do Comitê Permanente de Governança da Participação Social, Diversidade e Inclusão que funciona como instância de assessoramento ao APSD no monitoramento e implementação da participação social no âmbito do MPA. É composto pelos diversos órgãos do MPA e presidido pelo titular da APSD.

A Coordenadora Sra. Ormezita Barbosa (SNPA/MPA) observou a importância de toda essa reestruturação, uma vez que a participação social é o principal mecanismo de avanço para que políticas públicas sejam concretizadas.

3.6. INFORMES DE REGISTRO, MONITORAMENTO E PESQUISA

A Diretora Elielma Borcem (SERMOP/MPA) iniciou sua apresentação contextualizando as categorias e legislação específica do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP e o lançamento do Novo Sistema para Cadastramento e recadastramento de pescadores e pescadoras. O PesqBrasil – RPG foi implementado como substituto do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade (SisRGP 4.0), com o objetivo de superar as limitações de registro, especialmente em áreas de difícil acesso.

A Sra. Elielma Borcem (SERMOP/MPA) destacou que a meta é eliminar os desafios associados ao registro. O novo sistema foi desenvolvido com base nas sugestões dos próprios pescadores, apresentando uma interface mais leve, que não exige conexões de internet robustas, além de uma navegação intuitiva e simplificada. Os pescadores podem acessá-lo no site oficial do MPA, e em agosto, o ministério emitiu a Portaria MPA nº127/23 para alinhar as normas ao novo sistema de registro.

Na sequência foi apresentada a já referida Portaria MPA nº 127, de 29 de agosto de 2023 que estabelece as normas, os critérios e os procedimentos administrativos para o Registro Geral da Atividade Pesqueira na categoria de Pescador e Pescadora Profissional, para a concessão da Licença de Pescador e Pescadora Profissional.

Posteriormente, evidenciou as ações em andamento da Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa (MPA) em conjunto com os Ministérios da Previdência Social e Trabalho e Emprego uniram esforços em uma força-tarefa destinada a examinar os requerimentos de registros de pescadores profissionais no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP).

Esta iniciativa, composta por 73 servidores dessas três pastas, obteve

como compromisso eliminar a considerável demanda represada de 220 mil pedidos de RGPs, provenientes de diversas regiões do Brasil, que permaneceram sem resposta do poder público por um período prolongado. A ausência do RGP, que equivale à carteirinha, coloca os pescadores em uma situação precária, sujeitos à fiscalização ambiental e incapazes de acessar políticas públicas, como o seguro defeso, um benefício concedido pelo Governo Federal durante o período de reprodução dos peixes.

No decorrer da apresentação, foi exposto o painel de embarcações de pesca registradas no SISRGP, por modalidade de pesca e características físicas da embarcação, bem como os instrumentos de monitoramento: Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS, Vistoria de embarcação e o Sistema de Mapa de Bordo, os quais são condicionantes para autorização das permissões prévias de pesca.

No processo de discussão, o Sr. Adriano Prysthon da Silva (ABEP) destacou os entraves históricos para registro e monitoramento da pesca continental, em razão da ausência de dados e estatística pesqueira, principalmente referente ao bioma amazônico. E conclui sua fala enfatizando a importância da pesquisa nas bacias que abrangem este CPG, visto que estes corpos d'água contribuem com serviços ecossistêmicos para o planeta.

Por sua vez, o Sr. Alessandro Cohen Melo (SEPA/SEPROR/AM) sugeriu a emissão de um único documento (certidão de regularidade) que englobasse todos os dados relativos ao RGP, com o intuito de facilitar o preenchimento das informações e acesso às linhas de créditos.

3.7. HISTÓRICO SOBRE O ORDENAMENTO DA PIRACATINGA

O diretor Jocemar Tomasino (DEPOP/SNPA) iniciou sua apresentação relatando que no ano de 2012, o Ministério Público Federal (MPF) iniciou um Inquérito Civil Público para investigar o uso de jacarés e botos como iscas, resultando na publicação da INI MPA/MMA nº 6, de 17 de julho de 2014, que estabeleceu uma moratória de cinco anos para a pesca e comercialização da Piracatinga. Contudo, os termos dessa norma não foram integralmente cumpridos, levando a dúvidas sobre sua efetividade.

Foi informado que em 2020, uma segunda moratória da Piracatinga foi instituída pela Instrução Normativa SAP/MAPA nº 17, de 10 de junho de 2020, com uma validade de um ano. Diante da falta de informações conclusivas, o Grupo de Trabalho (GT) MAPA Piracatinga, criado em janeiro de 2021, optou pela continuidade da moratória, conforme a Portaria SAP/MAPA nº 271, de 1º de julho de 2021.

Posteriormente, relatou que a Portaria MAPA nº 421, de 30 de março de 2022, recriou o GT MAPA Piracatinga, cuja vigência foi prorrogada até 2 de agosto de 2023. Ademais, a Portaria SAP/MAPA nº 1.082, de 22 de junho de 2022, estabeleceu a prorrogação da moratória da pesca da Piracatinga até 2 de julho de 2023. Essa decisão foi embasada na prorrogação do GT MAPA Piracatinga e nas ações do Plano de Ação, conforme as Portarias MAPA nº 451, de 30 de junho de 2022, e SAP/MAPA nº 1.102, de 01 de julho de 2022, respectivamente.

Também ficou evidente que durante as deliberações do Grupo de Trabalho (GT), foi identificada a necessidade de prorrogar a moratória vigente para a pesca da Piracatinga por mais um ano. Essa decisão está condicionada à extensão do mandato do GT MAPA Piracatinga, instituído pela Portaria MAPA nº 421, de 30 de março de 2022, responsável por supervisionar a implementação do Plano de Ação. Além disso, essa prorrogação está atrelada à revisão e execução do Plano de Ação, aprovado pela Portaria SAP/MAPA nº 421, de 28 de setembro de 2021, que abrange medidas e ações relacionadas ao desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira da espécie.

Ainda de acordo com o diretor, em consonância com essas considerações, a Portaria SAP/MAPA nº 1.082, de 22 de junho de 2022, foi publicada, estabelecendo a proibição da pesca, retenção a bordo, transbordo, desembarque, armazenamento, transporte, beneficiamento e comercialização da Piracatinga em águas jurisdicionais brasileiras e em todo território nacional até 02 de julho de 2023.

Além disso, a vigência do GT MAPA Piracatinga, estipulada pela Portaria MAPA nº 421, de 30 de março de 2022, foi prorrogada até 02 de agosto de 2023, conforme a Portaria MAPA nº 451, de 30 de junho de 2022. O mesmo ocorreu com as ações do Plano de Ação, cuja execução foi estendida até junho de 2023, segundo a Portaria SAP/MAPA nº 1.102, de 01 de julho de 2022.

Logo após, foi dada a palavra à professora Dra. Maria Angélica de Almeida Corrêa (FCA/UFAM) para apresentar as Estratégias para pesca sustentável da Piracatinga (*Calophysus macropterus*) no estado do Amazonas. A professora afirma que o uso intensivo de carne de jacarés e botos como iscas para a pesca tem conferido a essa prática uma natureza predatória, representando uma séria ameaça ao meio ambiente. As crescentes tendências dessas atividades têm gerado preocupações expressivas em âmbitos científicos, ambientais, e políticos, tanto em níveis nacionais quanto internacionais.

Ao longo da apresentação, foram expostas análises abrangentes e bem fundamentadas em dados concretos sobre essa crise ambiental, uma vez que são cruciais para a implementação de medidas que impeçam a continuidade de alguns aspectos relacionados à pesca da piracatinga. Foi alegado o desejo que as informações apresentadas possam contribuir para uma discussão informada, isenta de preconceitos, focada na preservação das populações naturais de botos e jacarés, bem como na utilização sustentável da Piracatinga na região amazônica brasileira.

Em conjunto com o MPA, as contribuições para base da pesca ordenada e sustentável da Piracatinga foram elencadas através dos Termos de Execução Descentralizado (TED) Piracatinga para em detrimento destes levantar dados para respaldar discussões de medidas de manejo dos recursos pesqueiros e outras ações que viabilizem a pesca sustentável.

O Sr. Adriano Prysthon da Silva (ABEP) questionou sobre dados de monitoramento referentes ao processo de desembarque, quais são as reais proporções das capturas da piracatinga, para assim reconhecer o esforço pesqueiro.

Em resposta, a professora Maria Angélica (FCA/UFAM) frisou que não há monitoramento de desembarque nos portos, pois o estado da captura da

piracatinga, encontra-se em moratória, além disso devido à dieta necrófaga da espécie, que é oportunista, há uma considerável resistência ao consumo de carne de piracatinga pelos residentes, portanto, a espécie não é muito valorizada como alimento. No entanto, existe uma proposta de rastreabilidade da espécie, que envolve todos os atores da cadeia de produção para levantamento de dados.

O senhor Jorge Luiz Marques de Souza (FEPESCA) sugeriu o envolvimento do Ministério do Meio Ambiente (MMA) no processo de moratória, com o objetivo de que as entidades responsáveis cheguem a um consenso, pois muitas vezes o MMA embarga o processo.

Diante da complexidade do tema, foi sugerido colocar como pauta da próxima reunião, no sentido de ir aprofundando os impactos para a pesca.

Com isso, finalizou-se o primeiro dia de reunião do CPG Norte.

3.8. TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADO (TED) DEFESOS AMAZÔNICOS

O Diretor Jocemar Tomasino, iniciou a discussão enfatizando a relevância dos encaminhamentos de revisão dos defesos da bacia amazônica e participação social dos pescadores e pescadoras na tomada de decisão no que tange a gestão pesqueira. Além disso, por meio deste CPG, é possível obter base de dados tecnocientíficos para tornar as demandas mais assertivas com relação ao setor produtivo.

O professor Dr. Carlos Edwar de Carvalho Freitas (FCA/UFAM) apresentou as Bases para o manejo pesqueiro de espécies amazônicas, com ênfase em espécies que migram sazonalmente para reprodução, no qual apresenta relação com a Portaria nº 48, de 5 de novembro de 2007 que estabelece normas de pesca relativas ao período de reprodução de espécies, tais como: 1) período de proteção “defeso”; 2) Limites de captura e transporte; 3) Restrição de pesca em locais de desova “encontros de água”; 4) Espécies protegidas. Com isso, questionou se as informações para tomadas de decisão relacionadas com a Portaria, são fortes ou uniformes.

Nesse contexto, ressaltou que o Termo de Execução Descentralizado (TED) foi elaborado conforme 10 (dez) metas, dentre elas: 1) Classificação das espécies migratórias quanto ao grau de vulnerabilidade; 2) Modelos de avaliação de estoques pesqueiro; 3) Obtenção de dados de peso e comprimento; 4) Aplicação uma abordagem *fuzzy* para estimar incertezas dos modelos de avaliação de estoques; 5) Discutir os serviços ecossistêmicos prestados pela pesca de água doce na Amazônia, entre outras.

O Sr. Oscar Barroso Vitorino Júnior (NATURATINS/TO), que participou da reunião de forma online, sugeriu a inserção, no estudo, de outras espécies migratórias que também estão sendo exploradas na Bacia do Tocantins-Araguaia. Em resposta, o professor Dr. Carlos Edwar sanou que pode ser realizada a modelagem de estoque para demais espécies da referida Bacia. Todavia, não será viável a coleta de dados primários, pois requer acuracidade

sob os parâmetros populacionais, visto que estão em constante modificação.

A Coordenadora Sra. Ormezita Barbosa questionou se há algum prazo para execução do trabalho, posto que as metas são robustas e é necessária uma temporalidade hábil para a sua realização.

Ao respondê-la, o professor Carlos Edwar (FCA/UFAM) frisou que o trabalho tem um prazo de 18 meses, entretanto, a depender dos critérios de classificação das espécies e a modelagem das espécies com dados disponíveis em literatura, pode ser que esse tempo seja reduzido para 6 a 8 meses. Por sua vez, para as espécies que não existem estudos de crescimento disponíveis, o prazo será de 15 meses.

3.9. APRESENTAÇÃO DE DEMANDAS PELOS MEMBROS DO CPG

A Sra. Jéssica Souza (ASPROC), que participou da reunião de forma online, sugeriu como pauta de debate, o foco na exportação do pescado que compõe as espécies amazônicas para países da União Europeia e frisou a importância da investigação sobre a contradição entre o período reprodutivo do pirarucu com o período defeso da espécie na Bacia Amazônica, pois em razão da adoção de métricas inadequadas e da diversidade geográfica, o manejo do pirarucu se torna incipiente em algumas regiões.

O Sr. Édipo (SNPI/MPA) explicou que desde o ano de 2018, essa exportação de espécie amazônicas para o comércio europeu está impossibilitada, até então houve diversos esforços para reabrir o mercado, no entanto, é imprescindível a aderência de embarcações nas condições das normativas que regem a exportação, bem como no âmbito das exigências do mercado europeu.

O Sr. Ediano Sandes (SEDAP/PA), que participou da reunião de forma presencial, abordou a problemática da pesca predatória do camarão marinho no estado do Pará, pois não há regramento para ordenamento do período defeso da espécie. Nesse caso, sugere como principais medidas: acordos de pesca, moratória, fiscalização dos petrechos de pesca utilizados.

A Sra. Josana Pinto da Costa, que participou da reunião de forma presencial, (MPP/PA) traz a questão da ocupação dos igarapés amazônicos que resultou de um processo de expansão de praias ou espaços para banhos e lazer, agravado pela ausência de políticas públicas adequadas e, sobretudo, pela falta de planejamento urbano, intensificando assim a degradação ambiental dessas áreas.

Diante disso, comentou que o conflito em análise possui uma dimensão tecnológica. O uso de sonares com motores potentes pelas embarcações da frota industrial proporciona uma maior autonomia de pesca, resultando na captura de quantidades significativas em um curto período. Enquanto os pescadores artesanais operam sazonalmente, a frota industrial atua durante

todo o ano, seja próxima à costa ou em águas mais distantes. Em última análise, o conflito também possui uma dimensão territorial.

3.10. RECOMENDAÇÕES DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CPG NORTE

A Secretária Adjunta Suplente, Sra. Akeme Matsunaga (SNPA/MPA) atualizou o andamento das recomendações da 1ª Sessão Ordinária do referido comitê.

Sobre a Recomendação 1, o assunto tratado foi a questão da portaria do IBAMA que trata da importação e exportação de peixes ornamentais e de aquariofilia, e o conflito com a norma de ordenamento da atividade, ao impossibilitar a exportação de peixes com dupla finalidade. Dentro do prazo estipulado, a recomendação foi atendida e respondida pelo IBAMA.

Para a Recomendação 2, o tema abordado foi a moratória da piracatinga. Na reunião anterior, foi sugerido que se mantenha o grupo da piracatinga tratando desse assunto específico em um outro fórum que é o GT MAPA Piracatinga. Entretanto, este ainda o GT está em período de vigência, sendo retomadas as tratativas pela gestão compartilhada.

A Recomendação 3, foi sugestão da própria coordenação, que foi criar o grupo técnico-científico (GTC) para dar suporte ao CPG Norte com ênfase na criação do GT da Portaria IBAMA nº 48/2007 que trata dos defesos na bacia Amazônica. A recomendação foi iniciada e enviada aos membros do CPG para divulgação do Edital do Banco Técnico-Científico.

Com relação à Recomendação 4, abordou a criação do Grupo de Trabalho (GT) da Portaria IBAMA nº 48, de 5 de novembro de 2007 na Rede Pesca Brasil. Como responsáveis, ficaram todos os membros e o coordenador sugeriu não fechar uma data até atingirem as inscrições necessárias vinculadas na Recomendação 3. O status da demanda ainda não foi iniciado, pois é necessário a formalização do grupo técnico-científico (GTC).

Por sua vez, a Recomendação 5 tratou do tema do pirarucu invasor no estado de Rondônia, nas bacias Guaporé e Mamoré. O status foi iniciado e atendido pelo IBAMA, através deste órgão foi informado a realização de tratativas, por meio de oficinas cujo tema foi o Pirarucu exótico, além disso SAP/MAP se fez presente para contribuição de uma Minuta, que posteriormente foi passível de consulta pública.

A Recomendação 6 abarcou o levantamento de dados, iniciativas e metodologias já utilizadas no monitoramento pesqueiro na bacia Amazônica e Tocantins-Araguaia, e posteriormente a elaboração de uma proposta. Internamente, o MPA já iniciou as tratativas da recomendação. No âmbito do

CPG Norte ainda não há atualizações.

O Sr. Adriano Phryston (ABEP) sugeriu a celeridade no status da recomendação 6, visto que as Bacias do Norte fossem priorizadas, uma vez que o bioma amazônico é um ponto estratégico de manutenção da vida.

A Recomendação 7 objetivou o debate do pirarucu manejado no estado do Pará, solicitando o status do Decreto a ser publicado, além de avaliar uma proposta única de pirarucu manejado para a bacia Amazônica e Tocantins-Araguaia. Foi enviado um ofício à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP), porém até o presente momento não foi logrado êxito de resposta.

4. RECOMENDAÇÕES DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CPG NORTE

O Sr. Florivaldo Rocha (SNPA/MPA), iniciou a construção conjunta com os membros, das Recomendações da 2ª Sessão Ordinária do CPG Norte, conforme estabelecido na Portaria SAP/MAPA nº 554, de 21 de janeiro de 2022, que trata do Regimento Interno da Rede Pesca Brasil. Esclareceu o regramento estabelecido para a elaboração das Recomendações e deu-se início solicitando para a Secretária-Executiva, Sra. Erina Gomes, registrar no documento das Recomendações que consta no Regimento Interno, e que encontra-se discriminada na Tabela 01, em anexo neste documento.

Sobre a Recomendação 1, o assunto tratado foi instituir o Grupo Técnico Científico - GTC do CPG Norte. O Sr. Édipo sugeriu o prazo para atendimento de até dezembro de 2023.

Com relação à Recomendação 2, foi sugerido pelo Sr. Édipo, que elaborar diagnóstico da situação da pesca do camarão amazônico não é competência do CPG, e que a SEDAP pode contribuir nesse sentido. A partir disso, o diretor Jocemar sugeriu a busca desses dados técnicos junto ao setor pesqueiro e assim construir o ordenamento.

A Recomendação 3 abordou a norma para regulamentar a matriz de modalidade de pesca para as embarcações continentais. A sugestão da temática foi colocada em deliberação e não houve objeções. Como responsáveis, ficaram o MPA e MMA e foi sugerido como prazo o primeiro semestre de 2024.

A Recomendação 4 consistiu em incluir na pauta da próxima reunião a discussão sobre os impactos das mudanças climáticas e eventos climáticos extremos na pesca e propor medidas de mitigação. A coordenadora Ormezita Barbosa sugeriu que o prazo para atendimento ficasse como ponto de pauta para a próxima reunião, com o intuito de que o MMA apresentasse dados sistemáticos sobre o assunto.

A Recomendação 5 tratou de disponibilizar aos membros do CPG o relatório de discussão do Projeto Lei que trata da proibição da pesca do Tucunaré Açú no estado do Amazonas, portanto o Sr. Édipo sugeriu que a

SEPA/SEPROR seja responsável e o prazo ficou para outubro de 2023.

A Recomendação 6 versou sobre a discussão dos procedimentos para inscrição das embarcações continentais no RGP. A atribuição ficou para os responsáveis do MPA/SERMOP/SNPA, com o prazo para o primeiro semestre de 2024.

A Recomendação 7, objetivou priorizar o monitoramento de desembarque pesqueiro na bacia Amazônica e Tocantins-Araguaia. Em discussão, ficou determinado que o prazo seria permanente, visto que vai depender do planejamento sobre o monitoramento.

No que tange a Recomendação 8, que trata sobre a construção de projeto de pesquisa com viés socioeconômico e biológico direcionado à pesca dos grandes bagres amazônicos (dourada e piramutaba), a Coordenadora perguntou aos membros se concordam com a sugestão dessa recomendação e não houve objeções. O prazo será até Primeiro semestre de 2024.

Por fim, a Coordenadora Ormezita comunicou que de acordo com o Regimento Interno (Portaria SAP/MAPA nº 554, de 21 de janeiro de 2022) o documento com as 8 (oito) Recomendações aprovadas pelos membros na 2ª Sessão Ordinária do CPG Norte estarão no site do MAPA, em até 5 (cinco) dias úteis após a reunião, bem como todas as documentações pertinentes à presente reunião.

5. DEFINIÇÃO DE DATA DA 3ª SESSÃO DO CPG NORTE

A Coordenadora mencionou que a 3ª Sessão Ordinária está agendada para setembro de 2023 e, antes de concluir, concedeu a palavra para observações adicionais. Os locais sugeridos foram Belém do Pará (SEDAP/PA), Macapá - AP (SEPROR) e Brasília (MPA). Ela ressaltou que, dependendo da necessidade de abordar questões específicas, reuniões extraordinárias podem ser convocadas a qualquer momento pela coordenação. Sem outros temas ou manifestações, e antes de formalizar o encerramento da sessão, a Coordenadora convidou todos os presentes no auditório e na videoconferência para participarem de um registro fotográfico da reunião.

6. ENCERRAMENTO

A Coordenadora do CPG Norte agradeceu a presença de todos, destacando a importância da retomada desse espaço de discussão e que a reunião apontou temas e encaminhamentos importantes. Em seguida, declarou encerrada a 2ª Sessão Ordinária do CPG Norte, desejando uma boa tarde aos participantes.

Tabela 01. Recomendações da 2ª Sessão Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias Amazônica e Tocantins-Araguaia - CPG NORTE da Rede Nacional Colaborativa para a Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros - Rede Pesca Brasil, ocorrida de forma mista pela plataforma google meet, nos dias 28 e 29 de outubro de 2023, em Santarém/PA.

RECOMENDAÇÃO	RESPONSÁVEL (Nome/instituição)	PRAZO PARA ATENDIMENTO
REC 1/2023: Instituir o Grupo Técnico Científico - GTC do CPG Norte	MPA	Até dezembro de 2023
REC 2/2023: Elaborar diagnóstico, a partir de dados disponíveis existentes, da situação da pesca do camarão amazônico (Pará e Amapá) para a construção de uma proposta de ordenamento.	SEDAP/PA em parceria com o MPA	Até a próxima reunião
REC 3/2023: Discutir a norma para regulamentar a matriz de de modalidade de pesca para as embarcações continentais.	MPA e MMA	Primeiro semestre de 2024
REC 4/2023: Incluir na pauta da próxima reunião a discussão sobre os impactos das mudanças climáticas e eventos climáticos extremos na pesca e propor medidas de mitigação.	MMA e MPA	Até a próxima reunião
REC 5/2023: Disponibilizar aos membros do CPG o relatório de discussão do Projeto Lei que trata da proibição da pesca do Tucunaré Açu no estado do Amazonas.	SEPA/SEPROR	Outubro
REC 6/2023: Discutir os procedimentos para inscrição das embarcações continentais no RGP.	MPA/SERMOP/SNPA	Primeiro semestre de 2024

REC 7/2022: Priorizar o monitoramento de desembarque pesqueiro na bacia Amazônica e Tocantins-Araguaia.	MPA-SERMOP	Permanente
REC 8/2023: Construir projeto de pesquisa com viés socioeconômico e biológico direcionado à pesca dos grandes bagres amazônicos (dourada e piramutaba).	MPA	Primeiro semestre de 2024

* Trata-se do prazo para dar início às tratativas da recomendação.
Próxima reunião: Junho de 2024

